



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 173/2026- COMPRASGOV N.º 90173/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0039.007061.00262/2025-18
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE
<b>UASG:</b>	927996
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO
<b>FORMA:</b>	ELETRÔNICO
<b>SRP:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	22/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	07/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Francisco Alves de Souza Neto
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para aquisição de **Medicamentos Injetáveis**, visando atender às necessidades e demandas de abastecimento da Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE
- 1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**
- 1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:
  - Anexo I:** Termo de Referência
  - Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço
  - Anexo III:** Minuta de Contrato
  - Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.
- 2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
  - 2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

## 3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a**

## abertura da sessão pública.

- 3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**
- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.



- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.



9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O (a) Pregoeiro (a) após a rodada de lances deverá suspender a sessão pública do Pregão, para análise detalhada das propostas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, por equipe técnica designada pela FUNDHACRE.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a

proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

### 11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

### 11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
  - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### 11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no item 15 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

- 11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.
- 11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

- 12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
  - II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
  - III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito

que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

### 15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições oferecidas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### **17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

- 17.1. Não se aplica.

#### **18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

- 18.1. Não se aplica.

#### **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no item 25 do Termo de Referência no Anexo I



## **23. DO TERMO DE CONTRATO**

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

24.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

## **26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Adriano Santos da Silva**  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 06/05/2026, às 10:57, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020648131** e o código CRC **3977824C**.

## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 190/2026/FUNDHACRE - FCENT

Processo nº 0039.007061.00262/2025-18

#### 1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de **Medicamentos Injetáveis**, visando atender às necessidades e demandas de abastecimento da Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE

#### 2. FUNDAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto nº 11.363/2023, ao Decreto Estadual nº 5.965/2010 (que dispõe sobre o Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), à Lei nº 8.080/1990, à Lei Federal nº 9.787/1999, ao Decreto Federal nº 7.508/2011, bem como a demais normas constitucionais, legais e regulamentares pertinentes

#### 3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço do tipo Menor preço por **ITEM**.

#### 4. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

4.1. Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE

4.2. Endereço: BR 364, KM 02, Bairro Distrito Industrial - Município de Rio Branco-AC CEP: 69.907-672

4.3. Representante da Contratante: **Soron Angélica Steiner**, Presidente da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE.

#### 5. DA NATUREZA DO OBJETO

5.1. O objeto pleiteado nos autos não envolve técnicas desconhecidas no mercado nem demanda inovação tecnológica para a sua execução, tratando-se, portanto, de bem comum, uma vez que é possível estabelecer, por meio de especificações usualmente adotadas no mercado, padrões objetivos de qualidade e desempenho, permitindo a comparação entre as propostas apresentadas pelos licitantes com base no critério do menor preço.

5.2. A classificação do objeto como bem comum não se confunde com a eventual complexidade de sua utilização. O elemento determinante é a possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade, conforme especificações amplamente difundidas no mercado, circunstância que resta evidenciada no presente instrumento convocatório.

5.3. Corroborando com esse entendimento, transcrevemos o interpretado pelo Professor Marçal Justen Filho em seu livro 'Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico' (5ª ed., São Paulo: Dialética, 2009):

"Ou seja, há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto.(...) Para concluir, numa tentativa de definição, poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio."

5.4. O objeto caracteriza-se como bem comum, por possuir padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos e usuais de mercado, e, simultaneamente, como fornecimento contínuo, em razão da necessidade permanente e ininterrupta de abastecimento para a manutenção dos serviços de saúde. Considerando que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, conforme Art. 6º, Inciso XIII da Lei 14.133/2021, esclarece que o presente objeto trata-se de bem comum de fornecimento contínuo.

5.5. No que diz respeito a padronização e metodologia referente Aquisição de **Medicamentos Injetáveis**, visando atender às necessidades e demandas de abastecimento da Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE, reiteramos que os bens/serviços, devido à padronização existente no mercado, atendem a métodos e técnicas conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

A Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo é atualmente referência no estado do Acre quanto a qualidade da prestação de saúde à população acreana. Sendo um estabelecimento de saúde hospitalar especializado de média e alta complexidade com os seguintes níveis de atenção: Ambulatorial, Internação, Urgência e Emergência oncológica, Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Regulação e Vigilância em Saúde. Atualmente, a FUNDHACRE dispõe de uma equipe multidisciplinar formada por 51 especialidades médicas para atendimento ambulatorial e hospitalar. Para mais, a unidade atende pacientes de todo os municípios do estado do Acre e estados vizinhos, além de pacientes de países fronteiriços, cumprindo o que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, fazendo da saúde um direito universal e igualitário.

Partindo dessa primícia, é congruente que sejam adotadas medidas prévias para continuar com as prestações políticas sociais que vise a redução de risco de saúde e de falta de insumos que coloquem em xeque a promoção proteção e recuperação de saúde. A prestação de assistência integral à saúde é uma responsabilidade do Estado, conforme estabelecido nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal. O artigo 6º define a saúde como um direito social, enquanto o artigo 196 determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, além de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse contexto, a disponibilização de medicamentos essenciais aos departamentos de assistência direta ao paciente configura-se como medida indispensável para assegurar a continuidade e a eficácia dos tratamentos médicos. Diante disso, apresenta-se a necessidade de aquisição de medicamentos da classe **Injetáveis**, destinados ao suprimento da Farmácia Central da FUNDHACRE. A demanda visa garantir o fornecimento regular e adequado aos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), prevenindo desabastecimentos e assegurando a integralidade da assistência farmacêutica. Os medicamentos **injetáveis** contemplados nesta contratação abrangem analgésicos, anestésicos, imunobiológicos, sedativos, entre outros, todos padronizados e previstos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde.

Esses insumos são de fundamental importância para o manejo de condições críticas e crônicas, como infecções sistêmicas, controle da dor aguda, suporte em procedimentos cirúrgicos, tratamento de doenças autoimunes e atenderá também o setor de Transplantes que desenvolve atualmente um programa inovador para o estado do Acre com a realização anual de inúmeros transplante de fígado, córnea e rins. A ausência desses medicamentos comprometeria a continuidade de tratamentos vitais, podendo ocasionar agravamento do estado clínico dos pacientes, aumento da demanda por atendimentos emergenciais, maior tempo de internação hospitalar e risco à vida, além de comprometer a continuidade de programas essenciais para a sociedade acreana. Assim, a presente demanda justifica-se como imprescindível para a manutenção dos serviços de saúde pública, garantindo o cumprimento do dever constitucional do Estado e a preservação da saúde e dignidade da população usuária do SUS.

Para cumprir as diretrizes do SUS e considerando a existência de demandas reprimidas relacionadas às operações e tratamentos de saúde na rede pública, bem como a necessidade imperativa de fornecer terapias de natureza farmacológica de forma ininterrupta, avalia-se como essencial a instauração de processo de aquisição dos recursos materiais necessários. Isso visa preservar a capacidade do sistema e garantir a plena continuidade das ações e serviços de saúde para os usuários assistidos pelo SUS.

A aquisição a serem contratados visam assegurar:

**I.** A prestação de serviços hospitalar em caráter contínuo e eficiente;

**II.** O Aumento da capacidade de atendimento, e a redução da espera para realização dos procedimentos;

**III.** Os resultados esperados visam promover, desta forma, maior qualidade e presteza no atendimento, satisfação e segurança do usuário. Como vantagens, haverá maior garantia de agilidade no atendimento aos pacientes hospitalizados, promovendo economia, vantajosidade e celeridade nos processos de trabalho.

Os medicamentos injetáveis são essenciais para atender às demandas das unidades de saúde, abrangendo situações de cuidados preventivos, curativos e paliativos. A disponibilidade desses medicamentos na farmácia da unidade é fundamental para garantir um atendimento adequado aos usuários, proporcionando alternativas terapêuticas que possibilitem um tratamento individualizado e eficaz.

Além disso, a oferta desses medicamentos visa promover a saúde, prevenir agravos e garantir o tratamento adequado aos usuários que necessitam de assistência no SUS.

Dessa forma, a solicitação está alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando:

**Universalidade:** Garantia de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, sem distinção;

**Integralidade:** Atendimento completo e contínuo, considerando as necessidades individuais dos pacientes em todos os níveis de complexidade do sistema;

**Equidade:** Distribuição justa e racional dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para assegurar a assistência à saúde da população

A solicitação desses medicamentos é, portanto, imprescindível para garantir um atendimento de qualidade, promovendo a continuidade do cuidado e o uso racional dos recursos disponíveis no SUS. Um tratamento adequado contribui diretamente para a redução dos agravos, evitando complicações e promovendo melhores desfechos clínicos.

Em suma, a aquisição eficiente de medicamentos injetáveis reflete uma visão estratégica de gestão da saúde

pública, oferecendo um atendimento amplo e inclusivo às necessidades da população. Ao garantir um abastecimento adequado, o setor público assegura que as crescentes e variadas demandas do sistema de saúde sejam atendidas com máxima eficiência, contribuindo para saúde da população e melhorando a saúde pública. Variedade de condições médicas, responder a surtos de doenças e gerenciar emergências de maneira eficaz. Além disso, a compra em grandes volumes frequentemente resulta em economia de custos e facilita a logística e gestão de estoques, promovendo um atendimento de saúde mais sustentável e resiliente. Portanto, a aquisição de medicamentos e insumos em grandes volumes é uma prática essencial que permite a FUNDHACRE manter um atendimento de qualidade e ininterrupto, respondendo adequadamente tanto às necessidades cotidianas quanto às emergenciais. Diante desse contexto, justifica-se a necessidade inadiável de contratar os agentes farmacológicos a fim de garantir a manutenção dos serviços prestados pela Fundação.

A aquisição de medicamentos injetáveis no setor público desempenha um papel estratégico na consolidação de um sistema de saúde eficaz e resiliente, uma vez que esses medicamentos representam uma das intervenções mais rápidas e eficientes em situações críticas. A administração por via injetável é preferida em inúmeros contextos clínicos devido à sua capacidade de proporcionar uma resposta terapêutica imediata, passando os processos de absorção gástrica e metabolismo hepático de primeira passagem, características das vias oral e tópica. Isso garante que o princípio ativo do medicamento atinja rapidamente a corrente sanguínea ou os tecidos-alvo, o que é essencial em casos de emergência médica ou condições graves.

Tratando-se da classificação em fornecimento contínuo justifica-se pela necessidade de abastecimento sucessivo, regular e ininterrupto, visto que a interrupção no fornecimento desses insumos inviabiliza as atividades finalísticas da Administração e acarreta grave risco à integridade física e à vida dos usuários do sistema de saúde. A demanda por medicamentos é permanente e baseada em protocolos terapêuticos e admitem solução de continuidade, o que torna o fornecimento condição indispensável para a prestação do serviço público essencial.

Ademais, o reconhecimento dessa natureza contínua permite a aplicação do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, possibilitando contratos de vigência plurianual que mitigam o risco de desabastecimento decorrente de entraves burocráticos em processos anuais e reduzem os custos operacionais da máquina pública. Essa estratégia garante maior segurança jurídica e eficiência logística, permitindo o gerenciamento do fluxo de entregas conforme a demanda real. Resta demonstrado que o fornecimento contínuo é a modalidade que melhor atende ao interesse público, assegurando a proteção ao direito fundamental à saúde e a continuidade da assistência farmacêutica de forma econômica e eficiente.

Outro aspecto importante da aquisição de injetáveis é a garantia da qualidade e segurança dos medicamentos. O processo de aquisição deve ser pautado por rigorosos critérios de seleção de fornecedores, armazenamento e transporte, assegurando que os medicamentos adquiridos mantenham sua eficácia até o momento da administração. As condições de conservação, como temperatura controlada, especialmente para medicamentos termolábeis, são fatores críticos para preservar sua integridade.

A gestão adequada de estoques de medicamentos injetáveis também desempenha um papel crucial na sustentabilidade dos serviços de saúde. A falta ou desabastecimento desses medicamentos em situações críticas pode ter consequências severas para a saúde pública, resultando em aumento da mortalidade, complicações evitáveis e sobrecarga do sistema de saúde. Por isso, a gestão eficiente da cadeia de suprimentos desde a previsão da demanda até a distribuição adequada é vital para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento.

A longo prazo, o fornecimento contínuo e adequado de medicamentos injetáveis não só melhora os desfechos clínicos imediatos, mas também contribui para a promoção da saúde da população em geral. Ao garantir que as unidades de saúde estejam preparadas para lidar com uma vasta gama de condições, desde as mais simples até as mais complexas, o sistema de saúde fortalece sua capacidade de resposta, promove maior equidade no acesso aos cuidados e melhora os indicadores de saúde pública, como a redução das taxas de mortalidade, internações prolongadas e complicações evitáveis.

Por fim, a aquisição eficiente de injetáveis reflete uma visão estratégica de gestão da saúde pública, onde a prioridade é atender de forma ampla e inclusiva as necessidades da população, com foco na melhoria contínua dos serviços, na segurança dos pacientes e na sustentabilidade do sistema. Ao promover um abastecimento robusto de medicamentos injetáveis, a FUNDHACRE assegura que as demandas crescentes e variáveis do sistema de saúde sejam atendidas com a máxima eficiência, contribuindo significativamente para a promoção de uma sociedade mais saudável e resiliente.

## **7. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

### **7.1. MEMÓRIA DE CÁLCULO**

7.2. A estimativa dos quantitativos necessários à contratação dos medicamentos foi elaborada com base no consumo real efetivamente registrado no âmbito da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo – FUNDHACRE, considerando o histórico de fornecimento dos últimos 12 (doze) meses, conforme Anexo Memória de cálculo (0020397764) com justificativa na p. 76.

#### **A metodologia adotada observou as seguintes etapas técnicas:**

I - levantamento do consumo anual efetivo dos injetáveis, considerando os quantitativos efetivamente utilizados no período de 12 (doze) meses, levando em conta o consumo rotineiro, trocas, permutas e doações com outros órgãos de saúde, fortalecimento de mutirões de cirurgias e apoio em projetos de interiorização da FUNDHACRE.

II - definição da estimativa de consumo anual, a partir dos dados históricos consolidados nos sistemas utilizados na FUNDHACRE, processo anterior a este, qual seja o processo licitatório 0039.007061.00175/2024-71, apresentando modificações técnicas com aumento e diminuições de itens de



acordo com a necessidade da Fundação.

III - aplicação de margem de segurança de 20% sobre o consumo anual estimado, destinada a absorver variações previsíveis e imprevisíveis da demanda assistencial, resultando na quantidade máxima a ser registrada na Ata de Registro de Preços.

7.3. A memória de cálculo utilizada para a definição dos quantitativos obedeceu à seguinte fórmula:

$$\text{QUANTIDADE PARA REGISTRO} = (\text{CONSUMO MENSAL MÉDIO} \times 12) + \text{MARGEM DE SEGURANÇA DE 20\%}$$

Ressalta-se, ainda, que foram revistos e ajustados os quantitativos dos itens constantes na presente tabela. Tal medida foi adotada para adequação ao novo período de consumo e para adequar a realidade do setor atualmente.

Os quantitativos foram elaborados com base nos conhecimentos técnicos e na experiência prática de profissionais farmacêuticos lotados na Farmácia Central.

7.4. Os quantitativos apurados, com previsão para 12 (doze) meses e aplicação da margem de segurança de 20%, encontram-se demonstrados na tabela a seguir:

Item	Descrição	UND	Consumo Mensal Médio	Estimativa de Consumo Anual (12 meses)	Qtd. Para Registro com acréscimo de 20%	Valor Unitário	Valor Total
1	200052865 - ACETILCISTEÍNA 100MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML.	AMP	1.000	12.000	14.400		
2	200052871 - ACICLOVIR 250MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	100	1.200	1.440		
3	200052874 - ÁCIDO; ASCÓRBICO; 100MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML.	AMP	500	6.000	7.200		
4	200024306 - ÁCIDO; TRANEXAMICO 250MG/5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -	AMP	2.000	24.000	28.800		
5	200002448 - ADENOSINA TRIFOSFATO, 3MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	AMP	200	2.400	2.880		
6	200026259 - ÁGUA PARA INJEÇÃO; FRASCO COM 1000ML.	FR	135	1.620	1.944		
7	200000449 - ÁGUA PARA INJEÇÃO; AMPOLA COM 10ML	AMP	3000	36.000	43.200		
8	200024308 - ÁGUA PARA INJEÇÃO; FRASCO COM 500ML	FR	270	3.240	3.888		
9	200001588 - ALBUMINA HUMANA, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 50ML -	FR	500	6.000	7.200		
10	200052907 - ALTEPLASE 50MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	10	120	144		
11	200002636 - AMINOFILINA 24MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML	AMP	200	2.400	2.880		
12	200001900 - AMIODARONA CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML	AMP	200	2.400	2.880		

13	200001522 - ATRACÚRIO BESILATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJ 5ML	AMP	100	1.200	1.440		
14	200001894 - ATROPINA SULFATO, 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AMP	1000	12.000	14.400		
15	200069390 - AZUL DE TRIPTAN 0,1%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML.	FA	14	168	202		
16	200105336 - AZUL PATENTE A 2,5 %; AMPOLA DE 2 ML;	FA	7	84	101		
17	200116450 - AZUL DE METILENO 0,5% FRASCOS-AMPOLAS DE 6 ML.	FA	32	384	461		
18	200116451 - AZUL DE NANQUIM 10,0% FRASCOS-AMPOLAS DE 6ML.	FA	1	12	14		
19	200057169 - BICARBONATO; DE SODIO 8,4% 1MEQ/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 250ML. -	BL/FR	150	1.800	2.160		
20	200001350 - BICARBONATO; DE SODIO 8,4% (1MEQ/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML -	AMP	1000	12.000	14.400		
21	200000392 - BUPIVACAÍNA CLORIDRATO 0,5%; GLICOSE (5MG+80MG); HIPERBARICA; V 4ML.	AMP	300	3.600	4.320		
22	200052957 - BUPIVACAÍNA CLORIDRATO 5MG/ML; ISOBARICA; SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML.	AMP	208	2.496	2.995		
23	200040213 - CETOPROFENO 100 MG PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSA. -	FA	100	1.200	1.440		
24	200053538 - CIANOCOBALAMINA CLORIDRATO; VITAMINA B12; 500MCG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML. -	AMP	200	2.400	2.880		
25	200053229 - CICLOFOSFAMIDA; 1000MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	138	1.656	1.987		
26	200026278 - CICLOFOSFAMIDA; 200MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	347	4.164	4.997		
27	200104584 - CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL; 2ML.	AMP	300	3.600	4.320		

28	200034926 - COMPLEXO PROTROMBINICO CONCENTRADO; PARCIALMENTE ATIVADO 500UI; FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILO INJETAVEL; APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA COM DILUENTE; VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	FA	21	252	302		
29	200001863 - CLONIDINA 150MCG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	UN	200	2.400	2.880		
30	200097414 - CLORETO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJETAVEL 10ML	AMP	70	840	1.008		
31	200000143 - CLORETO DE POTÁSSIO 10%; SOLUCAO INJETAVEL; 10 ML -	AMP	400	4.800	5.760		
32	200002673 - CLORETO DE POTÁSSIO SOL. INJ. 19.1% ( 1.34MEQ/ML 1G/10ML )	AMP	800	9.600	11.520		
33	200057263 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 1000ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO.	BL/FR	600	7.200	8.640		
34	200105379 - CLORETO DE SODIO 0,9%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 1000ML COM INVOLUCRO PROTETOR (SOBREBOLSA) SIMILAR A VIAFLEX ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO.	UN	70	840	1.008		
35	200001460 - CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM BOLSAS "SOFT BAG" OU SIMILAR FLEXÍVEL DE 1.000 ML	UN	867	10.404	12.485		
36	200053017 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 100ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO.	BL/FR	5.520	66.240	79.488		
37	200053018 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 250ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO.	BL/FR	6.000	72.000	86.400		
38	200053019 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO.	BL/FR	4.800	57.600	69.120		
39	200053497 - CLORETO DE SÓDIO 10%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML.	AMP	400	4.800	5.760		
40	200053020 - CLORETO DE SÓDIO 20%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML.	AMP	800	9.600	11.520		
41	200069394 - CLORIDRATO; DE NALBUFINA 10MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMP	208	2.496	2.995		

42	200003615 - DESLANOSIDEO 0,2MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2ML	AMP	100	1.200	1.440		
43	200082478 - DESMOPRESSINA 4MCG/ML SOLUCAO INJETAVEL.	AMP	100	1.200	1.440		
44	200001183 - DEXAMETASONA; FOSFATO DISSODICO 4MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2.5ML	FR	1.500	18.000	21.600		
45	200053085 - DICLOFENACO; SÓDICO; 25MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML. -	AMP	200	2.400	2.880		
46	200002032 - DIFENIDRAMINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMP	41	492	590		
47	200001080 - DIMENIDRINATO PIRIDOXINA (50MG+50MG)/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML -	AMP	200	2.400	2.880		
48	200002301 - DIPIRONA; 500MG/ML 2ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	12.000	144.000	172.800		
49	200001971 - DOBUTAMINA CLORIDRATO 12,5 MG/ML 20 ML	AMP	100	1.200	1.440		
50	200002405 - DOPAMINA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	AMP	150	1.800	2.160		
51	200001860 - EFEDRINA SULFATO, 50MG, 1ML	AMP	200	2.400	2.880		
52	200082482 - ENOXAPARINA SODICA 20MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL; SERINGA PRE-CARREGADA, ATENDER A RCD Nº 17 DE 02 DE MARCO DE 2007 ANVISA E RDC Nº 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, ATENDER INFARTO COM ELEVACAO DO SEGMENTO ST E SEM ELEVAVCAO DO SEGMENTO ST -	SP	300	3.600	4.320		
53	200082480 - ENOXAPARINA SODICA 40MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL; SERINGA PRE-CARREGADA, ATENDER A RCD Nº 17 DE 02 DE MARCO DE 2007 ANVISA E RDC Nº 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, ATENDER INFARTO COM ELEVACAO DO SEGMENTO ST E SEM ELEVAVCAO DO SEGMENTO ST -	SP	2.000	24.000	28.800		
54	200024860 - ENOXAPARINA SODICA 60MG SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,6MG/ML SUBCUTANEA -	SER	400	4.800	5.760		
55	200024861 - ENOXAPARINA SODICA 80MG SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,8MG/ML SUBCUTANEA -	SER	300	3.600	4.320		

56	200001134 - EPINEFRINA 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AMP	300	3.600	4.320		
57	200057185 - ESMOLOL; CLORIDRATO 10MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML. -	FA	14	168	202		
58	200040223 - ETANOLAMINA OLEATO; 50MG/ML ; SOLUÇÃO INJETÁVEL; 2 ML; USO IV/IM -	AMP	55	660	792		
59	200003216 - ETILEFRINA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMP	300	3.600	4.320		
60	200034938 - FIBRINOGENIO; HUMANO; 1G; PO LIOFILO; INJETÁVEL	AMP	28	336	403		
61	200053776 - FILGRASTIM; HUMANA RECOMBINANTE 300MCG; SOLUÇÃO INJETÁVEL. -	FA	200	2.400	2.880		
62	200002703 - FITOMENADIONA (VIT. K) 10MG/ML SOL INJ 1ML	AMP	300	3.600	4.320		
63	200052879 - FOLINATO DE CALCIO; 50MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (SOLUÇÃO PRONTA OU PÓ)	FA	33	396	475		
64	200003385 - FUROSEMIDA; 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMP	1.200	14.400	17.280		
65	200053165 - GENTAMICINA SULFATO 40MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML. -	AMP	400	4.800	5.760		
66	200040298 - GLICOSE; 5%; SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 100ML; EM BOLSA FLEXÍVEL; SISTEMA FECHADO. -	BOLSA	694	8.328	9.994		
67	200053526 - GLICOSE; 5%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 250ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO. -	BL/FR	600	7.200	8.640		
68	200053527 - GLICOSE; 5%; SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML; ISENTO DE PVC; SISTEMA FECHADO. -	BL/FR	600	7.200	8.640		
69	200001291 - GLICOSE; 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML -	AMP	3.000	36.000	43.200		
70	200105367 - GLICOSE; 50MG/ML- 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL; SISTEMA FECHADO 1000ML.	AMP	128	1.536	1.843		
71	200057203 - GLICOSE; 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML; SISTEMA FECHADO ISENTO DE PVC. -	BL/FR	278	3.336	4.003		
72	200001478 - GLUCONATO DE CÁLCIO, 10% (0,45MEQ/ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML -	AMP	400	4.800	5.760		



73	200053182 - HEPARINA SODICA 5.000 UI/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBCUTANEA 0,25ML. -	AMP	1.000	12.000	14.400		
74	200053181 - HEPARINA SODICA 5.000 UI/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML. -	FA	1.000	12.000	14.400		
75	200116643 - HIALURONATO DE SÓDIO; 20 MG/ML, SERINGA PREENCHIDA COM 4,9 ML (98 MG), SOLUÇÃO ESTÉRIL PARA USO INTRAARTICULAR.	UN	694	8.333	10.000		
76	200053183 - HIDRALAZINA CLORIDRATO 20MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML.	AMP	200	2.400	2.880		
77	200097421 - HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓDICO 100MG; PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL -	FA	1.500	18.000	21.600		
78	200069391 - HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓDICO 500MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. -	FA	1000	12.000	14.400		
79	200053543 - HIDROXIETILAMIDO 6%; CLORETO DE SÓDIO A 0,9%; BOLSA FRASCO DE 500ML; - DERIVADO DE AMIDO DE MILHO CEROSO; COM GRAU DE SUBSTITUIÇÃO MOLAR 0,4 E RAZAO C2/C6 9:1.	BL/FR	14	168	202		
80	200026580 - HIDROXIPROPIL - METILCELULOSE; 20MG/ML (2%); SOLUÇÃO INJETÁVEL; SERINGA CONTENDO 1,5ML	SER	28	336	403		
81	200064804 - IMUNOGLOBULINA; ANTITIMOCITO; 25MG/ML; PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL; THYMOGLUBINE. -	FA	35	420	504		
82	200053325 - IMUNOGLOBULINA; HUMANA 5G; SOLUÇÃO INJETÁVEL 100ML.	FA	35	420	504		
83	200102434 - IMUNOGLOBULINA; HUMANA 5G; SOLUÇÃO INJETÁVEL 50ML.	FR	100	1.200	1.440		
84	200053326 - INSULINA; HUMANA REGULAR 100UI/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML. -	FA	80	960	1.152		
85	200024348 - INSULINA; NPH HUMANA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100UI/ML 10ML -	FR	100	1.200	1.440		
86	200095974 - IOEXOL 300MG SOLUÇÃO INJETÁVEL -	FR	20	240	288		
87	200053547 - IOVERSOL 678MG/ML; COM 320MG/ML DE IODO; SOLUÇÃO INJETÁVEL 50ML. -	FA	28	336	403		

88	200116452 - LACTATO DE MILRINONA FRASCO - AMPOLA DE 10ML	FR	15	180	216		
89	200053603 - LEVOBUPIVACAÍNA; CLORIDRATO 0,5%; SEM VASO CONSTRICTOR 20ML. -	FR	200	2.400	2.880		
90	200026388 - LEVOBUPIVACAÍNA; CLORIDRATO 5MG/ML (0,5%); C/VASO CONSTRICTOR; FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL; FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA/FRASCO-AMPOLA 20ML; VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRATECAL/PERIDURAL; VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO. -	FA	833	9.996	11.995		
91	200024352 - LIDOCAÍNA; CLORIDRATO + EPINEFRINA; HEMITARTARATO (2% + 1:200.000) SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML -	FA	300	3.600	4.320		
92	200004616 - LIDOCAÍNA; CLORIDRATO, 2% SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20ML S/ VASOCONSTRICTOR -	AMP	1000	12.000	14.400		
93	200000417 - LIDOCAÍNA; CLORIDRATO, 2%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5ML -	AMP	100	1.200	1.440		
94	200000646 - MANITOL 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 250ML FRASCO	FR	600	7.200	8.640		
95	200040955 - METARAMINOL; HEMITARTARATO; 10MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL; 1ML. -	AMP	100	1.200	1.440		
96	200051693 - METILPREDNISOLONA SUCCINATO SÓDICO 125MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	200	2.400	2.880		
97	200053373 - METILPREDNISOLONA SUCCINATO SÓDICO 500MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 8ML. -	FA	100	1.200	1.440		
98	200001093 - METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML -	AMP	4.000	48.000	57.600		
99	200000882 - METOPROLOL TARTARATO 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML (IV) -	AMP	100	1.200	1.440		
100	200001498 - NEOSTIGMINA METILSULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML -	AMP	400	4.800	5.760		

101	200002843 - NITROGLICERINA 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML (IV) -	AMP	100	1.200	1.440		
102	200024361 - NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	FA	100	1.200	1.440		
103	200001871 - NOREPINEFRINA BIRTATARATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMP	400	4.800	5.760		
104	200024363 - OCITOCINA 5UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMP	50	600	720		
105	200000089 - OCTREOTIDA; 0,1 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMP	200	2.400	2.880		
106	200024364 - OCTREOTIDA; 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMP	416	4.992	5.990		
107	200053417 - OMEPRAZOL 40MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL COM DILUENTE 10ML.	FA	5.000	60.000	72.000		
108	200053418 - ONDANSETRONA CLORIDRATO; 2MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML.	AMP	2.000	24.000	28.800		
109	200092086 - PARACETAMOL 10MG/ML; SOLUCAO INJETÁVEL 100ML; SISTEMA FECHADO	BOLSA	555	6.660	7.992		
110	200003290 - PAMIDRONATO; DISSODICO 60MG SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMP	14	168	202		
111	200053254 - PAMIDRONATO; DISSÓDICO 90MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	100	1.200	1.440		
112	200057217 - PAPAVERINA; CLORIDRATO 50MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML. MAGISTRAL OU ALOPÁTICO	AMP	20	240	288		
113	200002855 - PROMETAZINA; CLORIDRATO 25MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2ML -	AMP	500	6.000	7.200		
114	200026323 - PROTAMINA 1000 UI/ML; FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL; FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA/FRASCO- AMPOLA/SERINGA PREENCHIDA 5ML; VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA; VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO -	AMP	13	156	187		

115	200039962 - RINGER LACTATO DE SÓDIO; SOLUÇÃO INJETÁVEL; ISENTO DE PVC 500ML; COMPOSICAO POR LITRO: CLORETO 109MEQ + SODIO...130MEQ + POTASSIO...4MEQ + CALCIO...2,7MEQ +	BOLSA	4.800	57.600	69.120		
116	200057227 - RINGER; SEM LACTATO DE SÓDIO; RINGER SIMPLES COMPOSIÇÃO POR LITRO CLORETO DE SÓDIO 0,86G/100ML; CLORETO DE POTÁSSIO 0,3G/100ML; CLORETO DE CÁLCIO 0,033G/100ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL ISENTO DE PVC 500ML; SISTEMA FECHADO. -	BL/FR	76	912	1.094		
117	200053681 - ROCURONIO; BROMETO 10MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML.	FA	500	6.000	7.200		
118	200053682 - ROPIVACAINA; CLORIDRATO SEM CONSERVANTE 10MG/ML; SOLUCAO INJETÁVEL 20ML.	FA	200	2.400	2.880		
119	200004269 - SACARATO; DE HIDROXIDO FERRICO 100 MG INJETÁVEL 5 ML	AMP	300	3.600	4.320		
120	200040529 - SOLUÇÃO SALINA BALANCEADA 250ML (PARA OFTALMOLOGIA) .	FR	7	84	101		
121	200040509 - SOLUÇÃO; ÁCIDA POLIELETROLITICA PARA HEMODIALISE 5000ML; CLORETO DE SÓDIO; BROMETO DE MAGNÉSIO HEXAIDRATADO; CLORETO DE SÓDIO; ÁCIDO ACETICO.	GL	1.042	12.504	15.005		
122	200057325 - SOLUÇÃO; BÁSICA 8,4%; PARA HEMODIALISE 5000ML.	GL	1.250	15.000	18.000		
123	200115200 - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORIDRATO DE TIAMINA 100 MG/ML. APRESENTAÇÃO EM AMPOLAS DE 1 ML.	UND	208	2.500	3.000		
124	200102451 - SOLUÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE TECIDO DE Córnea	BL/FR	16	192	230		
125	200082570-SOLUÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DE ÓRGÃOS; PARA TRANSPLANTE DE FÍGADO E RINS (CUSTODIOL). 1000ML.	BOLSA	30	360	432		
126	200026736 - SORBITOL; 30 MG/ML; SOLUÇÃO ESTERIL; PARA IRRIGACAO; BOLSA COM 3000ML.	UND	138	1.656	1.987		

127	200053698 - SUGAMADEX; 100MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML.	FA	1.000	12.000	14.400		
128	200001563 - SULFATO; DE MAGNESIO 10% (0,81MEQ/ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML	AMP	600	7.200	8.640		
129	200002662 - SULFATO; DE MAGNESIO 50% (4,05MEQ/ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML	AMP	1.000	12.000	14.400		
130	200001626 - SUXAMETONIO CLORETO, 500MG, INJETAVEL, PO LIOF -	AMP	50	600	720		
131	200053712 - SUXAMETONIO CLORETO; 100MG; PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	695	8.340	10.008		
132	200078423 - TENOXICAM 20MG; PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	2.000	24.000	28.800		
133	200002598 - TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML -	AMP	400	4.800	5.760		
134	200040533 - TERLIPRESSINA TERLIPRESSINA 1MG/ML SOL. INJETÁVEL 5ML+ DILUENTE.	FA	1.000	12.000	14.400		
135	200102534 - VASOPRESSINA 20 U/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMP	200	2.400	2.880		
136	200053763 - VERAPAMIL; CLORIDRATO 2,5MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMP	100	1.200	1.440		
137	200002612 - VITAMINA DO COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	AMP	2.000	24.000	28.800		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							<b>R\$</b>

OBS: Justificamos que a diferença de valores constante no Termo de Referência – TDR e no Mapa Comparativo (Estimativa) do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Públicos do Acre – GRP, ocorre pelo fato do Sistema GRP utilizar três casas decimais após a vírgula e no TDR são utilizadas apenas duas casas decimais, sem arredondamento, visto que no ato da licitação é usado apenas duas casas decimais para classificação das propostas.

#### 7.5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E LEGAL PARA A RESERVA TÉCNICA DE 20%

7.6. Considerando a natureza essencial e ininterrupta dos serviços de saúde e a responsabilidade do Estado de garantir o abastecimento regular de medicamentos às unidades de saúde da rede pública, faz-se necessária a inclusão de uma reserva técnica de 20% sobre a estimativa de consumo anual calculada com base no histórico da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da FUNDHACRE.

7.7. A aplicação de uma reserva técnica de 20% justifica-se por critérios técnicos sólidos, dentre os quais destacam-se:

7.7.1. Cobrir variações sazonais de demanda, decorrentes de surtos epidemiológicos, mudanças no perfil de morbidade e aumento da procura por determinados tratamentos;

7.7.2. Compensar eventuais falhas no fornecimento por parte dos fornecedores, que podem atrasar entregas ou apresentar problemas de produção e logística, impactando negativamente o abastecimento

7.7.3. Evitar desabastecimento durante a tramitação de novos processos licitatórios, especialmente em casos de fracasso ou demora na conclusão do certame subsequente

7.7.4. Atender à expansão da cobertura assistencial, como abertura de novos leitos, unidades ou incorporação de novos protocolos clínicos e terapêuticos, cujos impactos nem sempre são previsíveis no momento da estimativa inicial;

7.7.5. Mitigar riscos operacionais e garantir margem de segurança, conforme boas práticas de planejamento e gestão pública, em alinhamento ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de considerar o consumo

provável e o fornecimento contínuo;

7.8. Nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve assegurar que a Administração antecipe suas necessidades de forma adequada, considerando riscos e estratégias que garantam a execução contratual. Assim, a previsão de margem de segurança atende ao princípio da continuidade do serviço público, especialmente no âmbito da saúde, em que a interrupção no fornecimento de insumos pode comprometer diretamente o atendimento à população.

7.9. Ainda, o art. 40 da mesma lei reforça que o Estudo Técnico Preliminar deve considerar aspectos quantitativos e qualitativos da contratação, incluindo a possibilidade de variações na demanda e na entrega, justificando a previsão de quantitativos adicionais quando tecnicamente embasados, como é o caso da reserva técnica ora proposta.

7.10. Assim, a reserva técnica de 20% se justifica como uma medida preventiva e estratégica, que assegura a continuidade dos tratamentos, evita riscos à saúde dos pacientes da FUNDHACRE, além de representar uma medida essencial para a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde.

## **8. DO QUANTITATIVO**

8.1. A Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os medicamentos de acordo com a sua necessidade;

8.2. O quantitativo solicitado foi definido com base no consumo de exercícios anteriores, quantitativo de pacientes que estão em fila de espera para realizar procedimentos, pesquisa junto aos setores que mais utilizam esses fármacos, e foi considerado o histórico de consumo e a demanda atual. A adoção dessa medida prévia contribui para a redução do tempo de internação, prevenção de complicações médicas aos pacientes e economia para o sistema de saúde.

8.3. A ausência desse material impacta diretamente na capacidade de oferecer atendimento eficaz a pacientes que necessitam dos insumos, podendo levar a aumento do tempo de internação, agravamento do quadro clínico, além de representar retrocesso nas práticas assistenciais da instituição.

8.4. Os medicamentos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em Ata de Registro de Preço para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O ARREDONDAMENTO**

9.1. A necessidade de arredondamento para caixa fechada na aquisição de medicamentos se fundamenta em diversos fatores operacionais, logísticos e normativos que impactam diretamente a gestão do abastecimento e a segurança do armazenamento. Dentre os principais aspectos que justificam essa prática, destaca-se a impossibilidade de fracionamento de embalagens por parte dos fornecedores e distribuidores, visto que os medicamentos são comercializados em unidades padronizadas e lacradas, conforme regulamentação da indústria farmacêutica.

9.2. A aquisição em quantidades múltiplas de caixas fechadas garante a integridade dos produtos, evitando possíveis contaminações ou danos que poderiam ocorrer caso houvesse a necessidade de fracionamento. Além disso, essa estratégia otimiza a organização do estoque, reduzindo perdas por manuseio inadequado e facilitando o controle e rastreabilidade dos lotes, essencial para a segurança do paciente e conformidade com as normativas sanitárias.

9.3. Outro ponto relevante é a economicidade e eficiência na gestão de compras. Ao trabalhar com caixas fechadas, a negociação com fornecedores se torna mais vantajosa, resultando em melhores condições comerciais e redução de custos unitários. Isso contribui para a racionalização dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo um abastecimento contínuo e adequado às unidades de saúde. Do ponto de vista logístico, a recepção e armazenagem de medicamentos em caixas fechadas facilita a conferência, o controle de validade e a distribuição para os serviços de saúde, reduzindo o tempo e os esforços demandados para fracionamento e reembalagem. Além disso, assegura que a dispensação seja feita de forma mais ágil e segura, sem o risco de erros decorrentes da manipulação de quantidades menores do que as previstas nas embalagens originais.

9.4. Portanto, o arredondamento para caixa fechada não apenas atende às exigências operacionais do fornecimento de medicamentos, mas também garante maior segurança, eficiência e economia no processo de aquisição e distribuição, sendo uma medida essencial para a boa gestão da assistência farmacêutica.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O USO DO SRP**

Aplicar a metodologia do Sistema Registro de Preço se faz necessária a fim de garantir registro dos preços adjudicados no pregão, para promover a cobertura contratual do Órgão Gerenciador por um período mínimo de 12 meses. A importância dos medicamentos injetáveis em uma unidade hospitalar se destaca por ser uma elevada parcela do orçamento dos hospitais ser direcionada aos medicamentos, e por estes terem de extrema importância para os tratamentos médicos, logo ao uso racional de medicamentos. À frente da verificação de importantes casos de erros com medicamentos em todo o mundo, iniciou uma movimentação em busca de fornecer aos pacientes, principalmente durante atendimento hospitalar, uma maior segurança e qualidade nos processos de atendimento, sendo a licitação um processo extremamente importante para aquisição de medicamentos no SUS. Monitorar todo o processo de uso de medicamentos é uma maneira de verificar falhas no sistema de saúde, detectando os pontos vulneráveis e assim viabilizar e organizar ferramentas que possam efetivamente evitar os erros.

Nesse sentido, a padronização de medicamentos injetáveis na FUNDHACRE perpassa aproximadamente 140 itens, pois os mesmos são utilizados em diversas patologias e necessitam de via de administração venosa para objetivarem seu uso e alcançarem o efeito terapêutico mais rápido. Assim, justifica-se a composição deste processo, visto a necessidade em concentrar todos os injetáveis em um único processo licitatório a fim de obter um maior número de adjudicados bem como um maior sucesso nesta categoria de medicamentos de extrema importância no ambiente hospitalar.

10.1. A Fundação não tem espaço suficiente para armazenar todos os bens ou consumos adquiridos, desta forma existindo a previsão de entregas parceladas, ou seja, reduzem estoques e custos, os estoques ficam disponibilizados no fornecedor.

10.2. Produtos para os quais, pelas suas características, há necessidade frequente de suas contratações.

10.3. A motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados.

10.4. Vantagens na utilização do SRP:

10.4.1. As Notas de Empenho serão emitidas de acordo com as necessidades do órgão participante do SRP.

10.4.2. Redução de tempo para a aquisição, estoques e dá garantia de suprimentos, com inversão de recursos conforme as necessidades.

10.4.3. Independe de previsão orçamentária, só se exige quando das contratações, ou seja, a administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

10.4.4. Reduz-se o número de licitações, em razão do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não esta adstrito à vigência dos créditos orçamentários.

10.4.5. Atende a economia de escala.

10.4.6. A licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há o dever de contratação imediata.

10.4.7. Por fim, porque esta instituído e regulamentado através da Lei no 14.133/23: Art. 6, XLV, XLVI, Art. 40, II, Art. 78, IV e Art. 82.

## **11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº. 14.133/2021)**

11.1. Visando melhora gestão dos itens de consumo, optamos por aquisições parciais, mediante Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados; pelas suas características, há necessidade frequente de suas contratações e porque esta instituído e regulamentado através da Lei no 14.133/23: Art. 6, XLV, XLVI, Art. 40, II, Art. 78, IV e Art. 82.

11.2. A Licitação será realizada por **ITEM**, por ser divisível, desta forma não haja prejuízo de solução, permitindo ampla participação de licitantes, ou seja, o modo por itens individuais **amplia a fase de disputa entre os licitantes**.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ESTABELECE EXCLUSIVIDADE OU COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP NO CERTAME**

12.1. À FUNDHACRE, buscando garantir acima de tudo o sucesso na contratação, uma vez que se trata de aquisições indispensáveis para o atendimento a população do Estado, que requer aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades dos pacientes internados nesta FUNDHACRE, buscando a boa qualidade de vida da população, entende não ser prudente e sensato aplicar o disposto no artigo 48 incisos I e III da LC 123/2006, podendo acarretar prejuízo para administração, uma vez que sua aplicação **implicaria na não participação das indústrias fabricantes do objeto pretendido, bem como as empresas com melhores preços.**

12.2. À FUNDHACRE aplicará, na presente licitação, o artigo 49, III da Lei Complementar 123/2006 e o art. 10, II do Decreto nº 8.538/2015, em cumprimento aos princípios basilares da licitação: notadamente da eficiência, celeridade, economicidade e competitividade, uma vez que o objeto deste certame, vislumbrando que poderá ocorrer uma possível lesividade a população, prejuízo à Administração Pública e ao conjunto do objeto caso os itens saiam com sobrepreços ou ate mesmo o fracasso dos itens licitados. Ressaltando, no entanto, que todas as demais prerrogativas das microempresas e empresas de pequeno porte estão preservadas no respectivo certame.

## **13. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

13.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

13.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

13.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao FUNDHACRE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.2. **Não poderão participar deste Pregão:**

13.2.1. **Consórcios ou grupo de empresas, cooperativas e/ou associações na licitação.**

13.2.1.1. Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 15, da Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à



ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

13.2.1.2. **Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.**

13.2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

13.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

13.2.5. Aquele que não atenda às condições do Edital publicado e seu(s) anexo(s).

13.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

13.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pretendido Pregão.

13.2.8. Estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

#### 14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. A proposta deverá ser elaborada em conformidade com o Edital Convocatório sendo o julgamento das propostas realizado com base no critério de menor valor por item, para fins de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.2. Na proposta deverão constar o preço unitário e total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer;

14.3. As propostas apresentadas no presente certame deverão condizer à totalidade dos quantitativos respectivos dos item(s) de interesse das licitantes, não sendo admitido quantidade mínima de unidade de bens a ser cotada, e, não sendo admitido a possibilidade dos licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital, conforme elencado no Art. 82, incisos II e IV, da Lei 14.133/2021.

14.4. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar na proposta de preços, obrigatoriamente as marcas para os medicamentos cotados.

14.5. **Apresentar Certificado de Registro dos medicamentos ofertados na ANVISA, ou cópia da publicação no D.O.U., preferencialmente indicando o número do item a que se refere ou cópia da isenção do registro do medicamento, retirado da ANVISA. Uma vez o registro expirado, o licitante deverá apresentar uma cópia da sua renovação, juntamente com uma cópia do registro vencido, sob pena de desclassificação ( Na entrega da proposta).**

14.6. Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da empresa participante do processo licitatório (Na apresentação da proposta de preço).

14.7. Autorização Especial da empresa expedida pela ANVISA para medicamentos constantes na Portaria 344/98.

14.8. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula;

14.9. **O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

14.10. Os medicamentos deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, com a indicação da procedência quando se tratar de material importado, informando a marca, quantidade e unidade;

14.11. Para as aquisições públicas de medicamentos, deverão ser observados os tetos máximos de preços estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), nos termos da Resolução CMED nº 02, de 05 de março de 2004, e da Resolução CMED nº 01, de 30 de março de 2023.

14.12. Os preços de referência aplicáveis são o Preço Fábrica (PF) e o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), conforme disposições na tabela a seguir.

14.13.

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO / REGRA	FUNDAMENTO NORMATIVO
-----------	-----------	-------------------	----------------------

<b>Preço Fábrica (PF)</b>	Constitui o teto máximo de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar um medicamento no mercado brasileiro	Regra geral de referência. Deve ser utilizado:  - em todos os casos que não se enquadrem nas hipóteses de aplicação do PMVG.	Resolução CMED nº 02/2004 e nº 01/2023
<b>Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)</b>	Corresponde ao teto máximo de preço obtido mediante a aplicação do desconto mínimo obrigatório, denominado Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), calculado sobre o valor do Preço Fábrica (PF), conforme a fórmula:  <b><math>PMVG = PF \times (1 - CAP)</math></b>	Regra excepcional de referência. Deve ser obrigatoriamente adotado nas seguintes situações:  - Aquisições de medicamentos decorrentes de decisão judicial;  - Aquisições de medicamentos constantes dos rol anexos aos Comunicados CMED nº 06/2021 e nº 09/2012, que regulamentam o art. 4º da Resolução CMED nº 03/2011, e destacados na Tabela CMED com a sigla CAP.	Resolução CMED nº 03/2011; Comunicados CMED nº 06/2021 e nº 09/2012;  Resolução CTE-CMED nº 06/2021

14.14. Desse modo, o Preço Fábrica (PF) e o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) configuram-se como tetos máximos obrigatórios que devem ser observados tanto pelos fornecedores quanto pelos entes compradores nas aquisições de medicamentos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, abrangendo a Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

14.14.1. O (a) Pregoeiro (a) após a rodada de lances, para os itens que estiver(em) com o(os) preço(s) inferior(es) de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, deverá solicitar da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, que comprove(m) a exequibilidade do(s) preço(s) proposto(s), como por exemplo, através de Notas Fiscais, Planilha de Custos, Cotações ou Declarações de Preços ou ainda outro método de aferição que o Órgão Demandante achar conveniente a sua apresentação por parte do licitante.

14.14.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

14.14.3. O (a) Pregoeiro (a) após a rodada de lances deverá suspender a sessão pública do Pregão, para análise detalhadas das propostas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, por equipe técnica designada pela FUNDHACRE.

14.15. **DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:**

14.16. Considerando o objeto da presente contratação, a apresentação de amostra é dispensada.

## 15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a natureza dos objetos a serem adquiridos, cujo uso está diretamente associado à preservação da vida e à segurança dos pacientes, a Administração entende ser justificável, por razões de boas práticas administrativas e mitigação de riscos, a exigência de comprovação de qualificação técnica dos licitantes:

15.1.1. **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração;

15.1.2. Apresentação do **Alvará/Licença Sanitária Estadual ou Municipal** da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente.

15.1.3. Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou cópia legível da publicação do DOU, explicando claramente as atividades a serem desenvolvidas pela empresa, devendo constar, no mínimo, os processos de fabricação e/ou armazenagem e distribuição. Se o medicamento constar na relação da portaria nº. 344/1998, a empresa deverá apresentar Autorização Especial de Funcionamento, emitida pela ANVISA;

15.2. As empresas licitantes deverão apresentar Certificado de Regularidade Técnica, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia nos moldes da RESOLUÇÃO CFF Nº 725, DE 26.06.2022 que diz em seu Art. 2º - A Certidão de

Regularidade é o documento que comprova a exigência prevista no artigo 24 Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960 e deverá ser emitida de acordo com os termos dos anexos I e II da presente resolução.

#### 16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

16.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

b) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021

#### 17. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

17.1. Os medicamentos deverão ser entregues de acordo com as Ordens de Entrega emitidas, conforme endereço abaixo relacionado:

a) **Almoxarifado Central da FUNDHACRE - Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) - BR 364, KM 02, Bairro Distrito Industrial – CEP: 69.907-704, Rio Branco - AC.**

17.2. Os medicamentos deverão ser entregues no prazo Máximo de 15 (quinze) dias corridos de acordo com as Ordens de Entrega expedida pela Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE-HC, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, desde que justificada e aceite pelo órgão, com antecedência de 72h, caso contrário, prevista as penalidades descritas neste Termo de Referência.

#### 18. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Os produtos serão recebidos pela Central de Abastecimento Farmacêutico da FUNDHACRE de segunda à sexta-feira, conforme horário comercial das 7:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, devidamente acompanhados da NOTA FISCAL/FATURA com a descrição completa, bem como acompanhada da ordem de entrega e do EMPENHO, contendo no rodapé da Nota Fiscal o número da Ata de Registro de Preços, o número da Ordem de Entrega/Nota de Empenho.

18.2. Serão recebidos os produtos na sua totalidade da Ordem de Entrega, em casos de entrega parcial, fornecedor deverá justificar o motivo da entrega parcial.

18.3. Seguir estritamente as especificações técnicas, onde o objeto licitado deverá estar em conformidade com o que fora solicitado.

18.4. O objeto licitado estará sujeito à aceitação pela FUNDHACRE a qual caberá o direito de recusar, caso não estejam de acordo com o especificado.

18.5. Em caso de recusa, a empresa substituirá no prazo de 15 dias úteis podendo ser menos, conforme a urgência pelo órgão, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.6. Os custos da substituição do(s) item(itens) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

18.7. A FUNDHACRE não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer no objeto rejeitado após o prazo de substituição e poderá dar a destinação que julgar conveniente ao objeto rejeitado em suas dependências em caso de inércia da CONTRATADA.

18.8. O fornecedor deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do produto correto.

18.9. A notificação de rejeição interrompe os prazos de recebimento correntes e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

18.10. Caso a substituição/reparação dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

18.11. Ocorrendo, pela segunda vez, rejeição de qualquer objeto, o instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, sem prejuízo da imposição de sanções ao fornecedor.

18.12. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

18.13. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos produtos fornecidos;

18.14. O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com os quantitativos informados na nota fiscal.

18.15. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser emitida após autorização de faturamento emitida pelo setor competente da FUNDHACRE e deverá ser entregue acompanhada dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

18.16. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos materiais.

18.17. Os produtos fornecidos deverão atender ao disposto na legislação de medicamentos, vigente no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde conforme prever a ANVISA.

18.18. Especificações técnicas – Os medicamentos deverão ser entregues em conformidade com as especificações do Edital e nota de empenho: condições de conservação, apresentação, inviolabilidade etc.;

18.19. Embalagem – O medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao material e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro de material emitido pela ANVISA.

18.20. Rotulagens – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com legislação sanitária vigente e nos termos do Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;

18.21. Responsável Técnico – As embalagens devem apresentar o nome do responsável técnico pela fabricação do medicamento.

18.22. O Prazo de validade dos medicamentos deverá ser entregue com prazo equivalente a, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o material, possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

18.22.0.1. Para produtos com validade total superior a 1 (um) ano, o prazo de validade mínima exigível é de 12 meses a partir da data de entrega, sem prejuízo ao requisito anterior.

18.22.0.2. Medicamentos não fabricados no Brasil que não estejam disponíveis no território nacional com 75% da validade total podem ser entregues com um prazo de validade restante de no mínimo 12 meses, a contar da data da entrega;

18.22.0.3. Se não for possível cumprir as condições de validade mencionadas, a Contratada deve solicitar formalmente a autorização da Contratante para o recebimento. Esta pode ser concedida mediante apresentação de uma Carta de Comprometimento de Troca, vinculando a substituição dos materiais caso excedam o prazo de validade. A carta deve ser assinada pelo representante legal da empresa e acompanhada da nota fiscal de recebimento, se aceita.

A autorização para recebimento com validade inferior será de competência do Farmacêutico Responsável e do Fiscal do Contrato, após análise do ritmo de consumo.

A autorização só será concedida se o consumo estimado do item para os meses seguintes for superior ao quantitativo entregue, garantindo que o produto será utilizado antes do vencimento.

Caso o produto não seja utilizado e vença, a Contratada deverá realizar a troca em até 15 dias após a notificação, sob pena de sanções contratuais.

18.23. Para medicamentos termolábeis (sujeitos a temperatura de 2 a 8°C), somente serão aceitos medicamentos deste perfil dentro da temperatura adequada no momento da entrega. Havendo entrega com temperatura fora deste intervalo, a mesma será devolvida sem custo para esta Contratante.

## **19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da FUNDHACRE, Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_, Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_.

## **20. FORMA DE PAGAMENTO**

20.1. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [Clique aqui para acessar o formulário], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente – R\$ 37,26) , acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [Clique aqui para emitir o DAE] (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 – 2 – 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 – 2 10 – 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 – 2 – 10 – 2 – 1 (Inclusão).

20.2. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de email: [cadastrocredoresac@gmail.com](mailto:cadastrocredoresac@gmail.com) para a efetivação do cadastro.

20.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, poderão ser excepcionalmente prorrogados,

justificadamente, por igual período, contados da finalização da liquidação da despesa, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.

20.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.15. **Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.**

20.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.16.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

**EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20.18. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscais Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

20.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG);

20.20. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

20.21. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

20.22. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

20.23. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

20.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, em conformidade ao art. 145 da lei 14.133/2021.

20.25. Nota fiscal

20.25.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

20.25.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da:

- a) Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE;
- b) CNPJ: 63.602.940/0001-70;
- c) Rodovia Br 364, S/N, Km 2, DISTRITO INDUSTRIAL, RIO BRANCO - AC, CEP 69.907-672.

## **21. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

21.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa FORNECEDORA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

21.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa FORNECEDORA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

21.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

21.5. Após ser regulamentar convocada, a empresa vencedora do certame terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços.

## **22. PRAZO DO CONTRATO**

### **22.1. DO CONTRATO**

22.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, a FUNDHACRE poderá celebrar o Contrato com a licitante vencedora dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela FUNDHACRE.

22.1.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 do Decreto Estadual N.º 11.363, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos– SELIC, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### **22.2. DA VIGÊNCIA**



22.3. Os contratos de fornecimento contínuo decorrentes de Atas de Registro de Preço originárias observarão os prazos estabelecidos em seus respectivos instrumentos contratuais, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. O prazo de vigência da contratação será de até 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme art. 107, desde que haja previsão no edital, interesse da Administração e comprovação de vantagem.

#### 22.5. **DA EFICÁCIA**

22.5.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

22.5.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

#### 23. **DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

23.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na Ata de Registro de Preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

23.2. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da Ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

#### 24. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

24.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

#### 25. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

25.1. Em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, será exigida a prestação de garantia na contratação nos seguintes termos:

25.2. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato ou o aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor do contrato, a qual será liberada conforme o disposto no art. 100 da Lei nº 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

25.3. Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou outro que o vier a substituir.

b) Seguro-garantia; (observado o prazo do Art. 96, §3º da Lei 14.133/21, subitem 24.5)

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

25.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária específica, com correção monetária, em favor da Contratante.

25.5. Quando optar pela modalidade de Seguro-Garantia a Contratada terá o prazo de 1 (um) mês contado da homologação para prestação da garantia conforme determina o art. 96, §3º da Lei 14.133/21.

25.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

25.7. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual.

25.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.

25.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

25.10. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

#### 26. **DA FISCALIZAÇÃO**

26.1. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

26.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

26.3. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos



contratuais, se necessário e devidamente justificado;

26.4. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

26.5. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

26.6. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.

26.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

26.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

26.9. **Do gestor de contrato (art. 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

26.9.1. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

26.9.1.1. Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário.

26.9.1.2. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.

26.9.1.3. Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos.

26.9.1.4. Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização.

26.9.1.5. Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.

26.9.1.6. Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato.

26.9.1.7. Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato.

26.9.1.8. Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro.

26.9.1.9. Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública.

26.9.1.10. Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais.

26.9.1.11. Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

26.9.1.12. Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.

26.9.1.13. Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência.

26.9.1.14. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato.

26.9.1.15. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

26.9.1.16. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

26.9.1.17. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública.

26.9.1.18. Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

26.9.1.19. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP.

26.9.1.20. Preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

26.9.1.21. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

26.9.1.22. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

26.9.1.23. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

**26.10. Do fiscal de contrato (art. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

26.10.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

26.10.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

26.10.3. Quando couber o objeto, o fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.

26.10.4. A função de fiscal de contrato/ATA deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato/ATA quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

26.10.4.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato/ATA, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

26.10.4.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ATA, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

26.10.4.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato/ATA, determinando prazo para a correção;

26.10.4.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato/ATA, quando couber o objeto;

26.10.4.5. informar ao gestor de contrato/ATA, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

26.10.4.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

26.10.4.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato/ATA, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras, quando couber o objeto;

26.10.4.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

26.10.4.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, quando couber o objeto;

26.10.4.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

26.10.4.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber o objeto;

26.10.4.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

26.10.4.13. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras, quando couber o objeto;

26.10.4.14. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

26.10.4.15. verificar a correta aplicação dos materiais;

26.10.4.16. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos, quando couber o objeto;

26.10.4.17. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

26.10.4.18. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

26.10.4.19. comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova

contratação ou prorrogação; e outras atividades compatíveis com a função.

26.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

26.12. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

26.13. O fiscal de contrato/ATA deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

26.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

26.15. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

26.15.1. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

26.15.2. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

## **27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

27.1. A CONTRATADA deverá substituir, imediatamente e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quaisquer materiais que forem recusados no ato do recebimento ou durante a inspeção, em razão de desconformidade com as especificações técnicas, avarias, defeitos de fabricação ou prazo de validade inadequado;

27.2. Assumir, integral e exclusivamente, todos os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, transporte, carga, descarga, armazenamento, mão de obra, seguros e demais custos necessários à perfeita execução do objeto;

27.3. Responder civil, administrativa e solidariamente pela conduta, idoneidade e atos praticados por seus empregados, prepostos ou representantes, inclusive por danos materiais, morais ou patrimoniais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

27.4. Cumprir fielmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, assumindo como de sua inteira responsabilidade os riscos e despesas inerentes à execução adequada e regular do objeto contratado.

27.5. Efetuar a entrega dos materiais no prazo, local e quantitativos definidos pela Administração, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, acompanhada da respectiva nota fiscal, a qual deverá conter, de forma detalhada, informações sobre marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, lote e prazo de validade.

27.6. Substituir, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 15 dias úteis, os materiais entregues com avarias, defeitos ou prazo de validade vencido ou inferior ao mínimo exigido pela Administração;

27.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

27.8. Atender, de forma tempestiva e adequada, todas as solicitações e exigências formuladas pela Administração relacionadas à execução do objeto contratual;

27.9. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a entrega, os motivos devidamente comprovados que possam inviabilizar o cumprimento do prazo estabelecido;

27.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica exigidas no procedimento licitatório;

27.11. Abster-se de empregar mão de obra de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como de empregar menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em conformidade com a legislação vigente;

27.12. Arcar com o pagamento de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantias e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato.

27.13. Atender prontamente todas as determinações da fiscalização da CONTRATANTE, relacionadas ao objeto da

Ata de Registro de Preços ou do Contrato, sem qualquer ônus adicional.

27.14. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas". (Art. 116 da Lei nº 14.133/21).

## **28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

28.1. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, de acordo com as especificações técnicas, prazos, quantitativos e demais condições estabelecidas neste instrumento.

28.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega dos materiais, especialmente quanto à qualidade, conformidade técnica e prazos de validade, podendo recusá-los total ou parcialmente, mediante justificativa formal, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA.

28.3. Fornecer, em tempo hábil, todas as orientações e informações necessárias à correta entrega dos materiais, bem como efetuar os pagamentos devidos, conforme os preços pactuados e as condições estabelecidas no contrato.

28.4. Exercer fiscalização ampla e permanente sobre a execução do objeto, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais pela CONTRATADA, sem que isso implique corresponsabilidade.

28.5. Designar formalmente os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

28.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades, falhas ou descumprimentos verificados durante a execução do contrato, concedendo prazo para saneamento, quando cabível.

28.7. Notificar previamente a CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de penalidades, multas ou a existência de débitos de sua responsabilidade, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **29. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

29.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses de redução dos preços praticados no mercado ou de alteração para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

29.2. Enquanto eventuais solicitações de revisão ou reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

29.3. A CONTRATANTE poderá realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar a decisão quanto a qualquer alteração de preços solicitada.

29.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

29.5. Eventual alteração quantitativa ou qualitativa será formalizada por meio de Termo Aditivo, respeitadas as disposições legais da Lei Federal nº. 14.133/2021.

### **29.6. DA REVISÃO (EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)**

29.6.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

29.6.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

29.6.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

29.6.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

29.6.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

### **29.7. DO REAJUSTE**

29.7.1. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

29.7.2. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

29.7.3. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

29.7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

29.7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

29.7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

29.7.7. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

29.7.8. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

### **30. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

### **31. CLÁUSULA DE INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO**

31.1. Em atendimento à orientação da Controladoria-Geral do Estado do Acre constante do Ofício-Circular nº 14/2025/CGE (Documento SEI nº 0015876936), a CONTRATADA obriga-se a observar integralmente a legislação anticorrupção vigente, incluindo, entre outras, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 8.420/2015 e a Lei nº 14.133/2021, bem como as normas internas aplicáveis da Administração Pública Estadual.

31.2. Vedações e Compromissos da Contratada

31.2.1. É vedado à CONTRATADA, a seus sócios, administradores, empregados, prepostos, representantes, consultores e a quaisquer terceiros por ela envolvidos no contrato, oferecer, prometer, autorizar, dar, solicitar ou receber vantagem indevida, direta ou indiretamente, a agente público ou a pessoa a ele

31.2.2. relacionada, com o objetivo de influenciar ato ou decisão relacionada a este ajuste.

31.2.3. É vedado o patrocínio, doação, patrocínio indireto, presente, brinde, hospitalidade ou qualquer benefício a agentes públicos vinculados ao contrato, salvo quando expressamente previsto em norma oficial e previamente autorizado por escrito pela Administração.

31.2.4. A CONTRATADA manterá registros contábeis fidedignos, controles internos adequados e treinamento de sua equipe para cumprimento desta cláusula.

31.2.5. Comunicação, Cooperação e Auditoria

31.2.6. A CONTRATADA comunicará imediatamente à Administração quaisquer indícios de irregularidades, fraudes ou atos potencialmente lesivos à Administração Pública de que tiver ciência no âmbito deste contrato.

31.2.7. A CONTRATADA cooperará integralmente com eventuais verificações/auditorias realizadas pela FUNDHACRE, CGE/AC, PGE/AC e demais órgãos de controle, assegurando acesso a documentos, informações e pessoas,

observados os limites legais.

31.2.8. A CONTRATADA divulgará a seus colaboradores e terceiros envolvidos os canais de denúncia oficiais (inclusive a Ouvidoria do Estado) e seu canal interno, garantindo confidencialidade e proteção contra retaliações.

31.2.9. Extensão a Terceiros e Conflitos de Interesse

31.2.10. As obrigações desta cláusula estendem-se a empregados, prepostos e quaisquer terceiros eventualmente mobilizados pela CONTRATADA.

31.2.11. A CONTRATADA declara não existir conflito de interesses na execução do objeto e compromete-se a informar imediatamente caso sobrevenha situação potencial de conflito.

31.3. Consequências pelo Descumprimento

O descumprimento desta cláusula configura inadimplemento contratual grave, podendo ensejar, sem prejuízo de outras providências legais:

- I – rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA;
- II – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis;
- III – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
- IV – responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal, inclusive conforme a Lei nº 12.846/2013.

31.4. As obrigações de integridade aqui previstas permanecem vigentes mesmo após a execução do objeto e o pagamento final, no que couber.

## 32. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

32.1. O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

## 33. DAS PENALIDADES

33.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010).

33.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

33.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

33.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

33.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

33.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

33.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

33.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

33.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

33.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 5.965/10.

33.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

33.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

33.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou

crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.**

33.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

33.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

33.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

33.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

33.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

33.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

33.20. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na FUNDHACRE, **até o 5º (quinto) dia anterior à data prevista para o fornecimento do medicamentos.**

33.21. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

33.22. **A multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos** (art. 19, Decreto Estadual nº. 5.965/10):

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
- IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

#### **34. RESCISÃO CONTRATUAL**

34.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

34.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

34.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

34.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

34.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

34.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

34.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

34.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

34.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Elaborado Por:

**Ana Valéria de Souza Freitas**

Chefe da Farmácia Central e Farmácias Satélites na Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo  
PORTARIA FUNDHACRE/PRE Nº 126, DE 19 DE AGOSTO DE 2025

Elaborador

**Soron Angélica Steiner**

Presidente da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE  
DECRETO Nº 8.281-P, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024

Autoridade/Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **ANA VALERIA DE SOUZA FREITAS, Chefe de Setor**, em 29/04/2026, às 14:35, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020555542** e o código CRC **2B4E2697**.



ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0039.007061.00262/2025-18

\*MINUTA DE ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2025/FUNDHACRE

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_/202 \_\_\_\_

Ao \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois e mil e vinte e seis, na **FUNDAÇÃO HOSPITALAR GOVERNADOR FLAVIANO MELO - FUNDHACRE**, localizada na BR 364, KM 02, - Bairro DISTRITO INDUSTRIAL, Rio Branco/AC, CEP 69914-220, na Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. 63.602.940/0001-70, neste ato representado pela Presidente, **Soron Angélica Steiner**, brasileira, [descrever estado civil], [descrever profissão], portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/AC e CPF nº \_\_\_\_\_, com endereço profissional localizado na BR-364, Km 02, Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.914-220 Rio Branco – Acre, de acordo com a autorização expressa no Decreto nº. Decreto nº. 55-P, 02 de Janeiro de 2023, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, atendendo as condições previstas no Edital Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. \_\_\_\_/202 \_\_\_\_, do Processo nº. \_\_\_\_\_, homologada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.363/2023, Decreto Estadual nº. 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada.

RESOLVE:

REGISTRAR OS PREÇOS adjudicados em favor das empresas indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. \_\_\_\_/202 \_\_\_\_, na Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, de acordo com o Edital do pregão em epígrafe e seus anexos e Proposta da licitante classificada em primeiro lugar para os itens, que passam a fazer parte da presente ATA, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023**, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de " Aquisição de **Medicamentos Injetáveis**", especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo n.º 0019939368, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TERMO DE REFERÊNCIA	FORNECEDOR [RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE]							
	Descrição	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

1								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

- 2.2. O preço da Ata em epígrafe é de R\$ \_\_\_\_\_.
- 2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
- 3. ÓRGÃO GERENCIADOR**
- 3.1. O órgão gerenciador será a FUNDAÇÃO HOSPITALAR GOVERNADOR FLAVIANO MELO.
- 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.6. Dos limites para as adesões**
- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.11. Vedação a acréscimo de quantitativos**
- 4.12. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ou não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços

praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

O §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, prevê: "§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação."

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou aviso de contratação direta.
- 10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 11.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **12. CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

### 13. DA PUBLICIDADE

13.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 94, inciso I, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integra esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_/202\_\_\_\_, anexos e a proposta da empresa classificada em 1º, lugar no certame supracitado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes dos Decretos Estaduais nº. 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), 7.477/14 (acesso à informação), Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.363/2023.

14.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

14.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_  
ÓRGÃO GERENCIADOR

**Soron Angélica Steiner**

Presidente da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo

FUNDHACRE

Decreto Nº 8.281 - P, de 1º de Novembro de 2024

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA ALVES DA SILVA, Chefe de Setor**, em 26/03/2026, às 11:09, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020017828** e o código CRC **323F4547**.

### ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2025/FUNDHACRE

PROCESSO Nº \_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_/202\_\_\_\_

### ENCARTE I

Relação do (os) Fornecedor (es) / Preços Registrados por ocasião do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_



\_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) senhor (a) \_\_\_\_\_.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTD.	VALOR UNIT. ADJUDICADO R\$	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL (R\$)						

DA VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não será superior a 12 meses, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_.

ASSINAM: A Senhora **Soron Angélica Steiner**, Presidente da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo – FUNDHACRE e o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÃO:**  
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>  
Modelo de Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133 de 2021.  
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Geral da União.  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 78/2026/FUNDHACRE - LICOM

\*MINUTA DE CONTRATO

Unidade Gestora: FUNDHACRE

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

PROCESSO N.º \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

	<div>AQUISIÇÃO DE _____ QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR GOVERNADOR FLAVIANO MELO - FUNDHACRE E A EMPRESA _____</div>
--	--

A **Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.602.940/0001-70, com sede na BR 364, Km 02, Bairro Distrito Industrial – Rio Branco – Acre, neste ato representada por sua **Presidente, Sra. Soron Angélica Steiner**, nomeada pelo Decreto Estadual nº 8.281-P/2024, brasileira, divorciada, fonoaudióloga, portadora da Cédula de Identidade nº 5.587.584 SSP/SC, e CPF nº. 081.077.949-82, com endereço profissional localizado na BR-364, Km 02, Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.914-220 Rio Branco – Acre, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa \_\_\_\_\_, **Pessoa Jurídica de Direito Privado**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Telefones: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, em [descrever município e estado], neste ato representada pelo senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, [descrever estado civil], [descrever ocupação], portador do RG nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ - [descrever município e estado], doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o que consta no **Processo Administrativo SEI N.º \_\_\_\_\_**, **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º \_\_\_\_\_**, **Ata de Registro de Preço nº \_\_\_\_\_**, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, no **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, na **Lei Complementar nº 123/2006** e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente, quando cabível, a **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, a **Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)**, a **Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil)** e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **Aquisição de Medicamentos Injetáveis**, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, que integrou o Edital de Licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP nº \_\_\_\_\_, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº. SEI \_\_\_\_\_.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente Contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**.

2.2. A CONTRATADA deverá entrega os materiais, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD CONTRATADO	QTD REGISTRADA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01		UND				R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$							

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. Os medicamentos deverão ser entregues de acordo com as Ordens de Entrega emitidas, conforme endereço abaixo relacionado:

a) **Almoxarifado Central da FUNDHACRE - Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) - BR 364, KM 02, Bairro Distrito Industrial – CEP: 69.907-704, Rio Branco - AC.**

b) **Almoxarifado Floresta Sul - Travessa José Augusto Nº 3792; Bairro: Floresta Sul; CEP: 69.912.443**

4.2. Os medicamentos deverão ser entregues no prazo Máximo de 15 (quinze) dias corridos de acordo com as Ordens de Entrega expedida pela Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE-HC, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, desde que justificada e aceite pelo órgão, com antecedência de 72h, caso contrário, prevista as penalidades descritas neste Termo de Referência.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. Os produtos serão recebidos pela Central de Abastecimento Farmacêutico da FUNDHACRE de segunda a sexta-feira, conforme horário comercial das 7:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, devidamente acompanhados da NOTA FISCAL/FATURA com a descrição completa, bem como acompanhada da ordem de Serviço e do EMPENHO, contendo no rodapé da Nota Fiscal o número da Ata de Registro de Preços, o número da Ordem de Entrega/Nota de Empenho.

5.2. Serão recebidos os produtos na sua totalidade da Ordem de Entrega, em casos de entrega parcial, fornecedor deverá justificar o motivo da entrega parcial.

5.3. Seguir estritamente as especificações técnicas, onde o objeto licitado deverá estar em conformidade com o que fora solicitado.

5.4. O objeto licitado estará sujeito à aceitação pela FUNDHACRE a qual caberá o direito de recusar, caso não estejam de acordo com o especificado.

5.5. Em caso de recusa, a empresa substituirá no prazo de 15 dias úteis podendo ser menos, conforme a urgência pelo órgão, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os custos da substituição do(s) item(itens) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

5.7. A FUNDHACRE não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer no objeto rejeitado após o prazo de substituição e poderá dar a destinação que julgar conveniente ao objeto rejeitado em suas dependências em caso de inércia da COTRADATA.

5.8. O fornecedor deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do produto correto.

5.9. A notificação de rejeição interrompe os prazos de recebimento correntes e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

5.10. Caso a substituição/reparação dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.11. Ocorrendo, pela segunda vez, rejeição de qualquer objeto, o instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, sem prejuízo da imposição de sanções ao fornecedor.

5.12. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

5.13. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos produtos fornecidos;

5.14. O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com os quantitativos informados na nota fiscal.

5.15. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser emitida após autorização de faturamento emitida pelo setor competente da FUNDHACRE e deverá ser entregue acompanhada dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

5.16. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos materiais.

5.17. Os produtos fornecidos deverão atender ao disposto na legislação de medicamentos, vigente no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde conforme prever a ANVISA.

5.18. Especificações técnicas – Os medicamentos deverão ser entregues em conformidade com as especificações do Edital e nota de empenho: condições de conservação, apresentação, inviolabilidade etc.;

5.19. Embalagem – O medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao material e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro de material emitido pela ANVISA.

5.20. Rotulagens – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com legislação sanitária vigente e nos termos do Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;

5.21. Responsável Técnico – As embalagens devem apresentar o nome do responsável técnico pela fabricação do medicamento.

5.22. O Prazo de validade dos medicamentos deverá ser entregue com prazo equivalente a, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o material, possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

5.22.0.1. Para produtos com validade total superior a 1 (um) ano, o prazo de validade mínima exigível é de 12 meses a partir da data de entrega, sem prejuízo ao requisito anterior.

5.22.0.2. Medicamentos não fabricados no Brasil que não estejam disponíveis no território nacional com 75% da validade total podem ser entregues com um prazo de validade restante de no mínimo 12 meses, a contar da data da entrega;

5.22.0.3. Se não for possível cumprir as condições de validade mencionadas, a Contratada deve solicitar formalmente a autorização da Contratante para o recebimento. Esta pode ser concedida mediante apresentação de uma Carta de Comprometimento de Troca, vinculando a substituição dos materiais caso excedam o prazo de validade. A carta deve ser assinada pelo representante legal da empresa e acompanhada da nota fiscal de recebimento, se aceita.

A autorização para recebimento com validade inferior será de competência do Farmacêutico Responsável e do Fiscal do Contrato, após análise do ritmo de consumo.

A autorização só será concedida se o consumo estimado do item para os meses seguintes for superior ao quantitativo entregue, garantindo que o produto será utilizado antes do vencimento.

Caso o produto não seja utilizado e vença, a Contratada deverá realizar a troca em até 15 dias após a notificação, sob pena de sanções contratuais.

5.23. Para medicamentos termolábeis (sujeitos a temperatura de 2 a 8°C), somente serão aceitos medicamentos deste perfil dentro da temperatura adequada no momento da entrega. Havendo entrega com temperatura fora deste intervalo, a mesma será devolvida sem custo para esta Contratante.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [Clique aqui para acessar o formulário], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente –R\$ 37,26) , acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [Clique aqui para emitir o DAE] (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 - 2 - 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 - 2 10 - 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 - 2 - 10 - 2 - 1 (Inclusão).

6.2. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de email: [cadastrocredoresac@gmail.com](mailto:cadastrocredoresac@gmail.com) para a efetivação do cadastro.

6.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, contados da finalização da liquidação da despesa, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.

6.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 6.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 6.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 6.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.15. **Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.**
- 6.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 6.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.16.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

**EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 6.18. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscais Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.
- 6.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG);
- 6.20. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.
- 6.21. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 6.22. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- 6.23. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

6.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, em conformidade ao art. 145 da lei 14.133/2021.

6.25. Nota fiscal

6.25.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

6.25.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da:

- a) Fundação Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE;
- b) CNPJ: 63.602.940/0001-70;
- c) Rodovia Br 364, S/N, Km 2, DISTRITO INDUSTRIAL, RIO BRANCO - AC, CEP 69.907-672.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da FUNDHACRE, Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_, Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_.

**8. CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1. Em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, será exigida a prestação de garantia na contratação nos seguintes termos:

8.2. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato ou o aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor do contrato, a qual será liberada conforme o disposto no art. 100 da Lei nº 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

8.3. Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou outro que o vier a substituir.
- b) Seguro-garantia; (observado o prazo do Art. 96, §3º da Lei 14.133/21, subitem 24.5)
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil..
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária específica, com correção monetária, em favor da Contratante.

8.5. Quando optar pela modalidade de Seguro-Garantia a Contratada terá o prazo de 1 (um) mês contado da homologação para prestação da garantia conforme determina o art. 96, §3º da Lei 14.133/21.

8.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

8.7. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual.

8.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.10. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**9. CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

9.1. A extinção do presente Contrato rege-se-á pelo disposto nos arts. 137 a 139, c/c o art. 92, da Lei nº 14.133/2021, pelas demais normas aplicáveis e pelas disposições contratuais.

9.2. Constituem motivos para extinção do Contrato:

- I - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de normas editalícias, cláusulas contratuais, especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos, bem como dos requisitos de qualidade, rastreabilidade, segurança e armazenamento aplicáveis aos medicamentos injetáveis;
- II - o desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual ou de autoridade superior;
- III - o fornecimento de medicamentos injetáveis em desacordo com as especificações exigidas, inclusive quanto à qualidade, procedência, registro sanitário, prazo de validade ou condições de armazenamento, caracterizando falta grave;

- IV - a inexecução total ou parcial do Contrato;
- V - alterações na capacidade técnica, operacional ou financeira da CONTRATADA que comprometam o cumprimento do Contrato;
- VI - decretação de falência ou insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- VII - razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;
- VIII - caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual.

9.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração;
- II - de forma consensual, mediante acordo entre as partes, inclusive por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas;
- III - por decisão arbitral ou judicial, quando cabível.

9.4. A extinção unilateral ou consensual dependerá de prévia autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.5. Nos casos de extinção unilateral, será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, mediante intimação para apresentação de defesa no prazo de cinco (5) dias úteis, bem como a possibilidade de interposição de recurso administrativo no mesmo prazo, contado da ciência da decisão.

9.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nas hipóteses de extinção administrativa previstas na legislação.

9.7. A CONTRATADA poderá pleitear a extinção do Contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão do objeto que exceda os limites legais;
- II - suspensão da execução, por ordem da Administração, por prazo superior a noventa (90) dias;
- III - suspensões sucessivas que totalizem noventa (90) dias úteis;
- IV - atraso superior a sessenta (60) dias nos pagamentos devidos pela Administração;
- V - não disponibilização das condições necessárias à execução contratual.

9.8. Os atos de extinção deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo.

9.9. Considerando a essencialidade dos medicamentos injetáveis, a extinção observará período de transição adequado, de modo que:

- I - seus efeitos poderão ser diferidos por até trinta (30) dias, quando houver risco de prejuízo à continuidade do fornecimento;
- II - a CONTRATADA deverá assegurar, durante o período de transição, o fornecimento mínimo necessário de medicamentos injetáveis, salvo impossibilidade devidamente comprovada.

9.10. Em caso de extinção, a CONTRATADA fará jus ao pagamento pelos medicamentos injetáveis efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração até a data da efetiva extinção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.11. A inexecução ou execução irregular do Contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento, na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES**

10.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, previamente aprovado pela assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.5. Os registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

11.1. A gestão e fiscalização do presente contrato serão exercidas por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo de gestão contratual constante dos documentos SEI nº 0020018298.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANÁLISE DE RISCO**

12.1. Em cumprimento ao disposto no **art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021**, integra o presente contrato a **Análise de Riscos**, constante dos Documentos **SEI nº 0020397631**, que define a distribuição de responsabilidades e os eventos que podem impactar a execução contratual.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO**

13.1. Em atendimento à orientação da Controladoria-Geral do Estado do Acre constante do Ofício-Circular nº 14/2025/CGE (Documento SEI nº 00015876936), a CONTRATADA obriga-se a observar integralmente a legislação anticorrupção vigente, incluindo, entre outras, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 8.420/2015 e a Lei nº 14.133/2021, bem como as normas internas aplicáveis da Administração Pública Estadual.

#### **13.2. Vedações e Compromissos da Contratada:**

13.3. É vedado à CONTRATADA, a seus sócios, administradores, empregados, prepostos, representantes, consultores e a quaisquer terceiros por ela envolvidos no contrato, oferecer, prometer, autorizar, dar, solicitar ou receber vantagem indevida, direta ou indiretamente, a agente público ou a pessoa a ele relacionada, com o objetivo de influenciar ato ou decisão relacionada a este ajuste.

13.4. É vedado o patrocínio, doação, patrocínio indireto, presente, brinde, hospitalidade ou qualquer benefício a agentes públicos vinculados ao contrato, salvo quando expressamente previsto em norma oficial e previamente autorizado por escrito pela Administração.

13.5. A CONTRATADA manterá registros contábeis fidedignos, controles internos adequados e treinamento de sua equipe para cumprimento desta cláusula.

#### **13.6. Comunicação, Cooperação e Auditoria:**

13.7. A CONTRATADA comunicará imediatamente à Administração quaisquer indícios de irregularidades, fraudes ou atos potencialmente lesivos à Administração Pública de que tiver ciência no âmbito deste contrato.

13.8. A CONTRATADA cooperará integralmente com eventuais verificações/auditorias realizadas pela FUNDHACRE, CGE/AC, PGE/AC e demais órgãos de controle, assegurando acesso a documentos, informações e pessoas, observados os limites legais.

13.9. A CONTRATADA divulgará a seus colaboradores e terceiros envolvidos os canais de denúncia oficiais (inclusive a Ouvidoria do Estado) e seu canal interno, garantindo confidencialidade e proteção contra retaliações.

#### **13.10. Extensão a Terceiros e Conflitos de Interesse:**

13.11. As obrigações desta cláusula estendem-se a empregados, prepostos e quaisquer terceiros eventualmente mobilizados pela CONTRATADA.

13.12. A CONTRATADA declara não existir conflito de interesses na execução do objeto e compromete-se a informar imediatamente caso sobrevenha situação potencial de conflito.

#### **13.13. Consequências pelo Descumprimento:**

13.14. O descumprimento desta cláusula configura inadimplemento contratual grave, podendo ensejar, sem prejuízo de outras providências legais:

13.15. I – rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA;

13.16. II – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis;

13.17. III – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;

13.18. IV – responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal, inclusive conforme a Lei nº 12.846/2013.

13.19. As obrigações de integridade aqui previstas permanecem vigentes mesmo após a execução do objeto e o pagamento final, no que couber.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010).

14.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

14.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

14.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.



14.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

14.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

14.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

14.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

14.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 5.965/10.

14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

14.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.

14.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

14.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

14.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

14.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

14.20. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na FUNDHACRE, **até o 5º (quinto) dia anterior à data prevista para o fornecimento do medicamentos**.

14.21. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.22. A **multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos** (art. 19, Decreto Estadual nº. 5.965/10):

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1. A CONTRATADA deverá substituir, imediatamente e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quaisquer materiais que forem recusados no ato do recebimento ou durante a inspeção, em razão de desconformidade com as especificações técnicas, avarias, defeitos de fabricação ou prazo de validade inadequado;
- 15.2. Assumir, integral e exclusivamente, todos os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, transporte, carga, descarga, armazenamento, mão de obra, seguros e demais custos necessários à perfeita execução do objeto;
- 15.3. Responder civil, administrativa e solidariamente pela conduta, idoneidade e atos praticados por seus empregados, prepostos ou representantes, inclusive por danos materiais, morais ou patrimoniais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- 15.4. Cumprir fielmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, assumindo como de sua inteira responsabilidade os riscos e despesas inerentes à execução adequada e regular do objeto contratado.
- 15.5. Efetuar a entrega dos materiais no prazo, local e quantitativos definidos pela Administração, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, acompanhada da respectiva nota fiscal, a qual deverá conter, de forma detalhada, informações sobre marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, lote e prazo de validade.
- 15.6. Substituir, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 15 dias úteis, os materiais entregues com avarias, defeitos ou prazo de validade vencido ou inferior ao mínimo exigido pela Administração;
- 15.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 15.8. Atender, de forma tempestiva e adequada, todas as solicitações e exigências formuladas pela Administração relacionadas à execução do objeto contratual;
- 15.9. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a entrega, os motivos devidamente comprovados que possam inviabilizar o cumprimento do prazo estabelecido;
- 15.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica exigidas no procedimento licitatório;
- 15.11. Abster-se de empregar mão de obra de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como de empregar menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em conformidade com a legislação vigente;
- 15.12. Arcar com o pagamento de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantias e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato.
- 15.13. Atender prontamente todas as determinações da fiscalização da CONTRATANTE, relacionadas ao objeto da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, sem qualquer ônus adicional.
- 15.14. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas”. (Art. 116 da Lei nº 14.133/21).

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 16.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 16.2. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, de acordo com as especificações técnicas, prazos, quantitativos e demais condições estabelecidas neste instrumento.
- 16.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega dos materiais, especialmente quanto à qualidade, conformidade técnica e prazos de validade, podendo recusá-los total ou parcialmente, mediante justificativa formal, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA.
- 16.4. Fornecer, em tempo hábil, todas as orientações e informações necessárias à correta entrega dos materiais, bem como efetuar os pagamentos devidos, conforme os preços pactuados e as condições estabelecidas no contrato.
- 16.5. Exercer fiscalização ampla e permanente sobre a execução do objeto, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais pela CONTRATADA, sem que isso implique corresponsabilidade.
- 16.6. Designar formalmente os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.
- 16.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades, falhas ou descumprimentos verificados durante a execução do contrato, concedendo prazo para saneamento, quando cabível.
- 16.8. Notificar previamente a CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de penalidades, multas ou a existência de débitos de sua responsabilidade, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

17.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PRAZO DO CONTRATO**

### **19.1. DO CONTRATO**

19.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, a FUNDHACRE poderá celebrar o Contrato com a licitante vencedora dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela FUNDHACRE.

19.1.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 do Decreto Estadual N.º 11.363, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos– SELIC, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### **19.2. DA VIGÊNCIA**

19.3. Os contratos de fornecimento contínuo decorrentes de Atas de Registro de Preço originárias observarão os prazos estabelecidos em seus respectivos instrumentos contratuais, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

19.4. O prazo de vigência da contratação será de até 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme art. 107, desde que haja previsão no edital, interesse da Administração e comprovação de vantajosidade.

### **19.5. DA EFICÁCIA**

19.5.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

19.5.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

20.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

20.3. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado;

20.4. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

20.5. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

20.6. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.

20.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

20.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **20.9. Do gestor de contrato (art. 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

20.9.1. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

20.9.1.1. Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário.

20.9.1.2. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.

- 20.9.1.3. Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos.
- 20.9.1.4. Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização.
- 20.9.1.5. Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.
- 20.9.1.6. Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato.
- 20.9.1.7. Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato.
- 20.9.1.8. Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro.
- 20.9.1.9. Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública.
- 20.9.1.10. Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais.
- 20.9.1.11. Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.
- 20.9.1.12. Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.
- 20.9.1.13. Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência.
- 20.9.1.14. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato.
- 20.9.1.15. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.
- 20.9.1.16. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 20.9.1.17. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública.
- 20.9.1.18. Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 20.9.1.19. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP.
- 20.9.1.20. Preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- 20.9.1.21. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 20.9.1.22. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 20.9.1.23. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.
- 20.10. **Do fiscal de contrato (art. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**
- 20.10.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- 20.10.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 20.10.3. Quando couber o objeto, o fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.
- 20.10.4. A função de fiscal de contrato/ATA deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato/ATA quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
- 20.10.4.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato/ATA, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto

contratado;

20.10.4.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ATA, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

20.10.4.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato/ATA, determinando prazo para a correção;

20.10.4.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato/ATA, quando couber o objeto;

20.10.4.5. informar ao gestor de contrato/ATA, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

20.10.4.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

20.10.4.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato/ATA, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras, quando couber o objeto;

20.10.4.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

20.10.4.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, quando couber o objeto;

20.10.4.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

20.10.4.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber o objeto;

20.10.4.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

20.10.4.13. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras, quando couber o objeto;

20.10.4.14. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

20.10.4.15. verificar a correta aplicação dos materiais;

20.10.4.16. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos, quando couber o objeto;

20.10.4.17. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

20.10.4.18. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

20.10.4.19. no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores, quando couber o objeto:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA e Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs, referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

20.10.4.20. comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação; e outras atividades compatíveis com a função.

20.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.12. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) a satisfação do público usuário.

20.14. O fiscal de contrato/ATA deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

20.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.17. **Quando couber o objeto**, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

20.17.1. no caso de empresas regidas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT):

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em relação aos empregados vinculados ao contrato.

20.17.2. no caso de cooperativas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

20.17.3. no caso de sociedades diversas, tais como as OSCIPs e as Organizações Sociais - OS, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

20.17.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devendo ser observadas, dentre outras

questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações de contrato de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

20.17.5. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

20.17.6. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

21.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses de redução dos preços praticados no mercado ou de alteração para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Enquanto eventuais solicitações de revisão ou reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

21.3. A CONTRATANTE poderá realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar a decisão quanto a qualquer alteração de preços solicitada.

21.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

21.5. Eventual alteração quantitativa ou qualitativa será formalizada por meio de Termo Aditivo, respeitadas as disposições legais da Lei Federal nº. 14.133/2021.

### **21.6. DA REVISÃO (EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)**

21.6.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

21.6.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

21.6.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

21.6.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

21.6.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

### **21.7. DO REAJUSTE**

21.7.1. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.7.2. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

21.7.3. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

21.7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7.7. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

21.7.8. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do presente contrato no Diário Oficial do Estado (DOE), será providenciada pelo Contratante, constituindo condição indispensável para a sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital Rio Branco/AC.

23.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

23.3. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio Branco-AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_.

### FUNDAÇÃO HOSPITALAR GOVERNADOR FLAVIANO MELO

**Soron Angélica Steiner**

Presidente da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo

FUNDHACRE

DECRETO Nº 8.281-P, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024

**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL

XXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATADA**

**EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO SEI Nº. \_\_\_\_\_**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP \_\_\_\_\_**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_\_**

**CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR GOVERNADOR FLAVIANO MELO - FUNDHACRE**

**CONTRATADA: \_\_\_\_\_**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a aquisição de **Medicamentos Injetáveis**, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, que integrou o Edital de Licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP nº \_\_\_\_\_, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº. SEI \_\_\_\_\_.

**DO VALOR DO CONTRATO:** O valor global do Contrato para a empresa acima citada será de R\$ \_\_\_\_\_, seu preço é fixo e irrevogável.

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo - FUNDHACRE, Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_, Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_, Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_.

**DA VIGÊNCIA:** Dar-se-á até o dia \_\_\_\_\_, a contar da data do contrato.

**Data de assinatura:** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Assinam:** A Presidente a Senhora **Soron Angélica Steiner**, **CONTRATANTE** pela Fundação Hospitalar Governador Flaviano Melo – FUNDHACRE e pela \_\_\_\_\_ o Senhor \_\_\_\_\_ pela **CONTRATADA**.



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA ALVES DA SILVA**, **Chefe de Setor**, em 29/04/2026, às 15:26, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020583739** e o código CRC **75C5FE88**.

## ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

### CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 7.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA

OU

### INSERIR A TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA AQUI

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	XX	XX	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

### Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

## ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

**NÃO SE APLICA**

---

**Referência:** Processo nº 0039.007061.00262/2025-18

SEI nº 0020648131